



PREÂMBULO

Processo Licitatório nº 043/2016

Pregão Presencial nº 032/2016

Unidade usuária: **Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, Secretaria Municipal de Assistência Social e CRAS, Fundo Municipal de Saúde.**

O MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA – SC, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial, do tipo **menor preço por item**, de acordo com o que determina a Lei n. 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n.1663 de 26 de Junho de 2015 e Decreto Municipal n.1.670 de 10 de Agosto de 2015, além de condições deste edital. Vindo a licitação a realizar-se na sala do Departamento de Compras e Licitações, no centro administrativo municipal, sito a Travessa Otacílio F. Souza, 210 - SC.

RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES “PROPOSTA” E “DOCUMENTAÇÃO”.

LOCAL: Sala de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Major Vieira.

DIA: 27/06/2016

ABERTURA DOS ENVELOPES: 09:00 horas

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Até às 08:30 horas. Do dia 27 de Junho de 2016.

OBJETO: “AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL TIPO GASOLINA COMUM, A SEREM UTILIZADOS EM VEÍCULOS PERTENCENTES Á FROTA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA CONFORME ANEXO I A ESTE EDITAL”

Item 01: Gasolina Comum – Quantidade: 30.000 (Trinta mil) litros;

No local indicado serão realizados os procedimentos pertinentes a este Pregão, com respeito a:

- Credenciamento dos representantes legais das empresas licitantes interessadas em participar deste Pregão;
- Recebimento dos envelopes “Proposta” e “Documentação”;
- Abertura dos envelopes “proposta”;
- Divulgação das licitantes classificadas e das desclassificadas;
- Condução dos trabalhos relativos aos lances verbais; e
- Abertura do envelope “Documentação” da licitante vencedora.

As decisões da pregoeira e da comissão de licitação serão comunicadas mediante publicação na imprensa oficial do município, por pelo menos 01 (um) dia, salvo com referência àquelas que, lavradas em ata, puderem ser feitas diretamente aos representantes legais das licitantes presentes ao evento, ou, ainda, por intermédio de ofício, desde que comprovado o seu recebimento, principalmente, quanto ao resultado de:

- juízo deste pregão;
- recurso porventura interposto.



O Edital de Pregão Presencial n.º 032/2015 deve ser retirado junto à Divisão de Administração e Compras, sito a Trav. Otacílio F. de Souza, 210, com a seguinte condição, cada licitante interessado deverá trazer pen-drive para que seja gravado o edital, e seus anexos.

O esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação poderão ser feitas através do e-mail licitacao.majorvieira@yahoo.com.br ou pelo Fone/Fax 47 3655-1111.

Esta licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Prefeitura Municipal de Major Vieira.

1. DO OBJETO

A presente licitação tem como objeto: **“AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL TIPO GASOLINA COMUM, A SEREM UTILIZADOS EM VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA CONFORME ANEXO I A ESTE EDITAL”** conforme especificações constantes do Anexo I.

1.1 JUSTIFICATIVA: Os itens do referente processo licitatório serão destinados ao abastecimento dos veículos da frota Municipal de Major Vieira.

2. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

2.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos e providências, protocolando o pedido até 03 dias úteis do recebimento da proposta ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, na Travessa Otacílio florentino de Souza, 210, Centro de Major Vieira – SC, cabendo ao Setor Jurídico decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

2.2 Caso seja acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 O licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

3.1.1 Se a empresa se fizer representar pelo seu proprietário, o mesmo deverá apresentar Ato Constitutivo ou Contrato Social em vigor que comprove tal.

3.1.2 Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente habilitado através de procuração ou termo de credenciamento, podendo ser utilizado o modelo do Anexo III.

3.2 No ato de credenciamento, o representante da empresa licitante deverá se identificar mediante a apresentação, ao pregoeiro, de sua Cédula de Identidade ou documento equivalente, para conferência dos dados com aqueles informados no documento de credenciamento, além de Contrato Social ou Ato Constitutivo que comprove que quem lhe aferiu os poderes possui, poderes para tal.

3.2.1 Apresentar **Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação** (Conforme modelo presente Anexo IV), observadas as penalidades cabíveis, em papel timbrado da empresa participante.

3.2.2 Empresas caracterizadas como Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) as quais possuem interesse em desfrutar do previsto na Lei 123/2006 devem apresentar Declaração a qual indique seu enquadramento na mesma. (Modelo Anexo IX)

3.2.3 **Será desconsiderado o documento de credenciamento inserto no envelope de “DOCUMENTAÇÃO”.**



3.3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.3.1 Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencheram as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.3.2 Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por essa tenham sido declaradas inidôneas;
- c) Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si e qualquer que seja sua forma de constituição.

4. DA PROPOSTA

4.1 A proposta contida no **Envelope nº 01** deverá ser apresentada com as seguintes exigências:

- a) emitida por computador ou datilografada com o timbre da empresa, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada e rubricadas todas as suas folhas, podendo ser utilizado **modelo constante no Anexo II**.
- b) fazer menção ao número deste **Pregão**;
- c) conter a razão social da **licitante**, com os números do CNPJ, de telefone (s) e de fax e e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP;
- d) conter a indicação do banco, a agência e respectivos códigos e o número da conta efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento;
- e) conter o nome, estado civil, profissão, número do CPF (MF) e do documento de identidade (RG), domicílio e cargo na empresa, da pessoa que ficará encarregada da assinatura do contrato;
- f) indicar o **prazo de validade da proposta: 60 dias**
- g) indicar o **preço do item fixo e irrecorrível, unitário e total**.
- i) cotação dos preços, obrigatoriamente em moeda nacional, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, desprezando-se qualquer valor além dos centavos, contemplando o valor do frete para entrega dos PRODUTOS já incluso no preço.
- j) prazo de entrega do produto: **IMEDIATA**;
- k) É necessária na elaboração das propostas, estabelecer a **marca** dos produtos oferecidos, os que assim possuírem;

4.2 Se a proposta for omissa em relação aos prazos de que trata as alíneas “j”, **presumir-se-ão aceitos aqueles indicados neste edital**.

4.3 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja em relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais.

4.3.1 A empresa declarada vencedora deverá no prazo máximo de **03 (três) dias úteis apresentar nova proposta, de acordo com as exigências acima, dos valores negociados na fase dos lances verbais, que estarão contidos em ata**.

4.4 A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes “proposta” com poderes para esse fim.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1 Poderão apresentar-se à licitação empresas inscritas no cadastro de fornecedores, do Município promotor, que manifestarem interesse em participar do certame com antecedência de, **no mínimo, 48**



(quarenta e oito) horas da data marcada para a entrega dos envelopes.

5.1.2 Fica estipulada a data máxima do dia **23/06/2016 (mínimo 48 horas antes da abertura)** para que as empresas interessadas realizem o Cadastramento Prévio junto a Prefeitura Municipal retirem o Edital com todos os seus anexos.

5.1.3 As empresas que já se encontram cadastradas devem atualizar o Certificado de Regularidade Cadastral também até a data já mencionada.

5.1.4 Para a realização ou atualização do cadastro as empresas devem encaminhar via email: licitacao.majorvieira@yahoo.com.br, ou pessoalmente os Documentos equivalentes aos itens 5.2.1 e 5.2.2 presentes neste Edital.

5.1.5 Os documentos devem ser destinados exclusivamente ao Setor de Licitações, não sendo esse órgão responsável por documentos entregues a servidores os quais não façam parte desse mesmo Setor.

5.2 – As proponentes deverão apresentar inserido no envelope de **DOCUMENTAÇÃO/HABILITAÇÃO:**

5.2.1 Habilitação Jurídica:

- a) Cartão atualizado do CNPJ;
- b) Ato constitutivo ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no, caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Registro comercial, no caso de empresa individual.

5.2.2 Regularidade Fiscal:

- a) Certidão conjunta negativa de tributos da Fazenda Federal, Dívida ativa da União e de Débitos Previdenciários (certidão unificada federal instituída 03/11/2014);
- b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- c) Certidão Negativa de Débitos municipais referentes ao município contratante e ao município onde localiza-se a sede da proponente;
- d) Certidão Negativa de Débitos estaduais;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

5.2.3 Qualificação Econômica e Financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, no prazo máximo de trinta dias antes da data da realização da licitação;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício já exigíveis e apresentadas na forma da Lei que comprovam boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

Observações: serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- 1) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):
 - I- publicados em Diário Oficial ou
 - II- publicados em jornal de grande circulação; e
 - III- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- 2) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA)
 - I- por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;



- II- fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;
- III- fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- 3) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei n. 9.317, de 05 de dezembro de 1996- Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES”:
 - I- por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
 - II- fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- 4) Sociedade criada no exercício em curso:
 - I- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio dos licitantes;
- 5) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão ser assinados por contador ou por profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho regional de Contabilidade.
- 6) As empresas optantes do Sistema Público de Escrituração Digital SPED, submetida ao IND DNRC 107/08, arquivo digital, apresentar cópia do recibo de entrega do livro digital junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

5.2.4 Qualificação Técnica

a) Comprovante de licença Ambiental Prévia.

5.2.5 Declarações:

a) Declaração de que a proponente não possui em quadro de pessoal, empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de (14) quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988, **conforme modelo constante no anexo V a este edital.**

b) Declaração conforme **modelo ANEXO VI**, assinada pelo representante legal da licitante, atestando a não existência de nenhum sócio da empresa, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por patrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como também não possua em seu quadro social, nenhum Servidor do Município, ficando sujeita as sanções cabíveis, no caso de falsidade de sua declaração.

c) Declaração da licitante quanto ao conhecimento e atendimento ao edital, conforme **modelo constante no anexo VII a este edital.**

d) Declaração da licitante quanto ao atendimento à vedação disposta no Artigo 18, XII, Lei Federal 12.708/2012, conforme **modelo constante no ANEXO VIII.**

5.3 Os documentos acima citados deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor do Município de Major Vieira, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

5.3.1 As autenticações NECESSARIAS serão realizadas até 30 minutos antes do horário marcado para entrega dos envelopes.

5.4 A Comissão de Licitações fará consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-la.



5.5 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6. DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

6.1 Até o dia, horário e local fixado no preâmbulo deste edital ou no momento da entrega dos envelopes, cada licitante deverão apresentar ao pregoeiro, seu Credenciamento e entregar, em envelopes distintos, e devidamente lacrados, os documentos exigidos para habilitação e a proposta. Os quais devem estar identificados externamente:

**AO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA
O NOME DA PROPONENTE,
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2016
ENVELOPE Nº. 01 - PROPOSTA.**

Os documentos de habilitação serão acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique externamente:

**AO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA
O NOME DA PROPONENTE,
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2016
ENVELOPE Nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO.**

6.2 Em hipótese nenhuma serão recebidas documentação e proposta fora do prazo estabelecido neste edital.

6.3 O licitante que não comparecer, ou não se fizer representar, a sessão, não terá direito a auferir lances.

6.4 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

6.4.1 Quaisquer disposições inclusas nas propostas, que contrariem as cláusulas relativas ao pagamento, serão tidas como não escritas.

6.5 No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, à exceção do preço, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10 % (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

6.5.1 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.5.2 A oferta dos lances deverá ser efetuada, por valor DO ITEM, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços.



6.5.3 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

6.5.3.1 Não haverá diferença de valor mínima entre lances.

6.5.4 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

6.6 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

6.7 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.8 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade do melhor preço ofertado, comparando-o com os praticados no mercado.

6.8.1 **Considera-se preço excessivo, para fins de avaliação da aceitabilidade do preço proposto, aquele que estiver acima do preço praticado no mercado, aferindo-se este através do custo médio constante da pesquisa de preços anexa.**

6.9 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o pregoeiro poderá negociar com o licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor.

6.10 Obtido preço aceitável em decorrência da negociação, proceder-se-á na forma do disposto no item.

6.11 Frustrada a negociação, o pregoeiro desclassificará a proposta e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

6.12 Verificada a aceitabilidade do preço ofertado, o pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de "HABILITAÇÃO" do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação.

6.13 Serão inabilitadas os licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no capítulo V deste edital.

6.14 Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo pregoeiro, comissão de licitação e por todos os licitantes presentes.

6.15 Em sendo a proponente microempresa de pequeno porte e tendo apresentado algum documento referente a regularidade fiscal vencido, após ser declarada vencedora do certame terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

7.1 No julgamento das propostas será considerada vencedora a de **menor preço por ITEM**, desde que atendidas as especificações constantes neste edital.

7.2 Havendo divergência entre valores unitários e total prevalecerá o **UNITÁRIO**.

7.3 O objeto deste pregão será adjudicado, **POR MENOR LANCE POR ITEM**.

7.4 Adjudicado o objeto da presente licitação, o município de Major Vieira elaborará a competente Ata de Registro de Preços, com prazo de validade de 12 meses, e convocará o adjudicatário para assina-la no impreterível prazo de 03 (três) dias uteis. Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente a assinar, no prazo e condições estabelecidas a Ata de Registro de Preços, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela proposta, ocasião em que



será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro(a) negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 A manifestação da intenção de interpor recurso, pleiteada pela licitante, deverá ser feita ao final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões de recorrer.

8.2 A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão deste pregão, implicará decadência e preclusão desse direito da licitante, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto à vencedora.

8.3 Das decisões do pregoeiro e da comissão de licitação, decorrentes da realização deste pregão, caberá à licitante a juntada dos memoriais relativos aos recursos, registrados na ata respectiva, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da lavratura da ata, nos casos de :

- a) julgamento das propostas; e
- b) habilitação ou inabilitação da licitante.

8.4 Os memoriais correspondentes ao recurso deverão ser dirigidos à Comissão de licitação, praticante do ato recorrido, que os comunicará às demais licitantes para impugná-la ou não, apresentando memoriais com suas contrarrazões, também, no prazo de 03 (três) dias.

8.5 Caberá a comissão de licitação receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra sua decisões e encaminhá-los ao Prefeito Municipal, através do Pregoeiro(a), para decisão final sobre os recursos.

8.6 Após decididos os recursos e contatada a regularidade dos atos procedimentos, o Prefeito Municipal poderá homologar este procedimento de licitação e determinar a contratação com a licitante vencedora.

9. DO CONTRATO

9.1 Homologado o resultado da Licitação pela Autoridade Competente, o proponente vencedor será convocado para assinar o Contrato, na forma da minuta contida do **Anexo X** a este edital, que terá efeito de compromisso visando a execução do objeto desta Licitação.

9.2 O prazo de validade do Contrato será de 7 (sete) meses.

9.3 A aquisição obedecerá à conveniência e às necessidades do Município de Major Vieira, limitada à quantidade estimada e dentro do período de vigência do Contrato.

10. DAS PENALIDADES

10.1 Pela execução total ou parcial do objeto deste edital poderá o Prefeito Municipal do Órgão, garantida ampla defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de dez por cento (10 %) sobre o valor total do serviço não entregue ou entregue em desconformidade com o edital, recolhida no prazo máximo de quinze (15) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;
- c) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Major Vieira, por prazo de 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida



sempre que a licitante ressarcir a Administração da Prefeitura Municipal de Major Vieira pelos prejuízos resultantes e após o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

10.2 Pelo atraso injustificado na entrega do PRODUTO, ou na substituição deste, quando solicitado por ofício, no prazo estabelecido, o licitante sofrerá, sem prejuízo da penalidade de advertência prevista na alínea “a” do subitem anterior, multa moratória de um por cento (1%) ao dia sobre o valor do PRODUTO não entregue, até o limite de 24 horas, findo o qual, restará configurada a inexecução total ou parcial do objeto da presente licitação, SUJEITO ASSIM, a rescisão do contrato ou ata de registro de preços para devido item, assim como, aplicação de outras sanções no Edital referente previstas.

11. DA DOTAÇÃO

11.1 Para cobrir as despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias, **relativo ao orçamento do exercício de 2016:**

02.01 – Gab. do Prefeito

2002 – Manut. do Gab. do Prefeito

339000- Aplicações Diretas

03.01 – Sec. de Adm. e Planejamento

2003 – Manut. da Sec. de Adm. e Finanças

339000- Aplicações Diretas

06.01 – Sec. Munic. de Educação

2005 – Man. Da Secretaria Municipal de Educação

339000- Aplicações Diretas

2008 – Manut. do Transporte Escolar

33900000- Aplicações Diretas

07.01 – Sec. Munic. de Viação de Obras Públicas

2018 – Manut. Ruas, Estradas, Praças, Jardins e Bueiros

339000 – Aplicações Diretas

09.01- Sec. De Agricultura, Fomento Agropecuário e Meio Ambiente

2013- Man. Sec. Municipal Agricultura e Meio Ambiente

339000- Aplicações Diretas

10.01 Sec. Bem Estar Social

2012. Manut. Secretaria Municipal do Bem Estar Social

339000 Aplicações Diretas

1401 Fundo Municipal de Saúde

2023 Man. Do Fundo de Saúde

339000 Aplicações Diretas

11.2 Poderão ser utilizadas outras dotações além das acima mencionadas, sendo as mesmas expressas nos empenhos futuros referentes.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR

12.1 O CONTRATADO, por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a:

Edital Pregão Presencial nº 032/2016 – OBJETO “**AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL TIPO GASOLINA COMUM, A SEREM UTILIZADOS EM VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA CONFORME ANEXO I A ESTE EDITAL**” Trav. Otacilio F. de Souza, 210 – CEP: 89.480-000 – Major Vieira – SC Caixa Postal n.º 15 - Fone/Fax: (0xx 47) - 3655-1111 – SETOR DE LICITAÇÕES – Email: cadastro@majorvieira.sc.gov.br



- a) Executar, nas condições estipuladas, a execução deste, através do fornecimento do PRODUTO, de acordo com as solicitações, bem como são de sua inteira responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. É responsável também pelos danos que possam afetar o município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução da entrega do referido produto bem como a recuperação ou indenização sem ônus para o Município ou Municípios. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.
- b) Entregar o produto referido no local solicitado, sendo esse localizado, no Município de Major Vieira, de maneira IMEDIATA a partir do recebimento de Autorização de Fornecimento pelo setor competente, no local assim solicitado.
- c) Trazer as notas, devidamente acompanhadas pelas Autorizações de Fornecimento, sendo feitas, de maneira separadas no que diz respeito as Secretarias correspondentes.
- d) A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda execução do Contrato, ou Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação sob pena de rescisão, por não cumprimento do mesmo.

13 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do produto entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprios falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada;
- b) Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

14 DO PAGAMENTO

14.1 O pagamento à vencedora será efetuado através de crédito em conta corrente, até 30 (trinta) dias após a execução da obrigação ou entrega dos produtos adjudicados e solicitados e apresentação da Nota Fiscal/documento fiscal relativo ao fornecimento. Os valores serão pagos proporcionalmente a quantidade de produtos fornecidos.

15 DA RESCISÃO

15.1 O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste edital e na Ata referente ou Contrato Administrativo, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Prefeito Municipal o direito de adjudicar a outrem o objeto do certame, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração.

15.2 A rescisão do contrato ou Cancelamento da Ata, poderá ocorrer por iniciativa de qualquer uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, mediante circunstanciada justificativa, ou por qualquer dos motivos constantes no artigo 78 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993 atualizada, conforme o caso.



15.2.1 Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzindo a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

15.2.2 Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

15.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

16 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1 Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, Secretaria Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Saúde.

17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Não serão aceitas quaisquer propostas em desacordo com o edital ou com as normas vigentes.

17.2 Onde este edital for omissivo, prevalecerão os termos da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

17.3 Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o objeto será adjudicado, e posteriormente será submetido a homologação pelo Prefeito Municipal.

17.4 É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

17.5 Os interessados que tiverem dúvidas na interpretação dos termos deste edital, poderão entrar em contato, pessoalmente no endereço Trav. Otacílio F. de Souza, 210 de segunda a sexta-feira, das 08 horas às 17 horas, pelo telefone (47) 3655-1111 ou pelo e-mail: cadastro@majorvieira.sc.gov.br.

17.6 Ao Prefeito Municipal reserva-se o direito de anular ou revogar a presente Licitação, no todo ou em parte, sem que caiba reclamação ou pedido de indenização pelos proponentes.

17.7 As propostas serão aceitas até a data e hora constantes no presente Edital de licitação, sendo que em hipótese alguma serão aceitas após esta data e hora, independente de terem sido despachadas, endereçadas e/ou enviadas por qualquer meio anteriormente à data da abertura desta licitação.

17.8 Para dirimir qualquer controvérsia decorrente deste certame, o foro competente é o da Comarca de Canoinhas. Dê-se-lhe a divulgação prevista no artigo 21 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

Major Vieira 15 de Junho de 2016

ORILDO ANTÔNIO SEVERGNINI
Prefeito Municipal



ANEXO I
PREGÃO PRESENCIAL 032/2016

TERMO DE REFERENCIA

1. Objeto: “AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL TIPO GASOLINA COMUM, A SEREM UTILIZADOS EM VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA CONFORME ANEXO I A ESTE EDITAL”

1.1 Relação de itens e valor máximo :

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	VALOR UNITÁRIO TOTAL (R\$)
01	Gasolina Comum	Litros	30.000	3,93	117.900,00
				TOTAL:	117.900,00

2. A(s) vencedora(s) do(s) item(ns) supra citados(s) deverá(ão) instalar em comodato, às suas expensas:

- a) as quantidades constantes do anexo I são estimativas, não se obrigando a Administração pela aquisição total.
- b) para o item 01, a distância entre a sede da Prefeitura e o posto de abastecimento deve ser limitada a **20 Km (vinte quilômetros)**.



ANEXO II (MODELO)

PROPOSTA DE PREÇOS PREGÃO N° 032/2016

OBJETO: “AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL TIPO GASOLINA COMUM, A SEREM UTILIZADOS EM VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA CONFORME ANEXO I A ESTE EDITAL”

Proposta de preços que faz a empresa, inscrita no CNPJ (MF) n°..... e inscrição estadual n°....., estabelecida no (a) Rua (endereço completo), para o fornecimento de abaixo relacionados, conforme estabelecido no Pregão n° 032/2016.

Item	Especificação	Quantidade	Unidade	Marca do produto ofertado	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	x	x	x	x	x	x

Demais Informações:

Informações Bancárias:

Banco:

Agência:

Conta-Corrente:

Nominal:

Prazo de validade da proposta: 60 DIAS

Valor total da proposta, em algarismos e por extenso: R\$

Obs.: Valores expresso em moeda corrente nacional.

Prazo de entrega: (conforme edital)

Nome, estado civil, profissão, número do CPF (MF) e da identidade (RG), domicílio e cargo na empresa, da pessoa que ficará encarregada da assinatura do contrato.

Outras informações:

Local e Data.

Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)



ANEXO III - CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) portador(a) da Cédula de Identidade RG nº..... e inscrito no CPF sob o nº..... a participar da licitação instaurada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA, na modalidade de **PREGÃO nº. 032/2016**, supra referenciada, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame. Local e Data. _____

Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)

ANEXO IV- DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2016

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº (000), sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. (Local e Data)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO V- DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE EMPREGADOS MENORES
PREGÃO PRESENCIAL 032/2016

(Nome da Empresa), CNPJ Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos de trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8.666/93.

1) Se a empresa licitante possui menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VI- DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada (Endereço Completo) Declaro que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum servidor do Município.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



ANEXO VII- DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AO EDITAL

(Nome de Empresa), CNPJ nº, sediada em, Declara para todos os fins de direito, que conhece as especificações do objeto e os termos constantes no Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2016 da Prefeitura Municipal de Major Vieira e seu(s) anexos, e que concorda com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possui todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que esta sendo apresentada para fins de habilitação. (Local e Data)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VIII- DECLARAÇÃO ARTIGO 18, VIII, LEI FEDERAL 12.708/2012
PREGÃO PRESENCIAL 032/2016

(Nome da Empresa), CNPJ Nº (000), sediada, (Endereço Completo), em atendimento a vedação disposta no Artigo 18, XII, Lei Federal 12.708/2012, declara que não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista. (Local e Data)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO IX- DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
PREGÃO PRESENCIAL

(Nome da Empresa), CNPJ Nº (000), sediada, (Endereço Completo), por intermédio de seu representante legal, portador da Carteira de identidade nº, DECLARA que é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de Dezembro de 2006, cujo termos declaro conhecer na integra, e esta apta, portanto a exercer, o direito a preferencia como critério de desempate no certame em epígrafe e outras questões previstas na mesma.. (Local e Data)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



**ANEXO X-
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015- SRP
MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº xxx/2016 QUE
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MAJOR
VIEIRA E A EMPRESA xxxxxxxxxxxx**

Que entre si fazem o MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF 83.102.392/0001-27, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr., brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF/MF sob nº....., de ora em diante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº, com sede, neste ato representado pelo Sr., inscrito no CPF/MF sob nº, de ora em diante denominada de Contratada, que de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, e demais alterações, firmam o presente contrato, decorrente do Processo Licitatório nº..../2016, Convite nº..../2016, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 Tem por objeto este contrato, **“REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL TIPO GASOLINA COMUM, A SEREM UTILIZADOS EM VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA CONFORME ANEXO I A ESTE EDITAL”**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO E PAGAMENTO

2.1 Valor do presente contrato será de R\$(.....) conforme proposta adjudicada do **Processo nº..../2016 – PREGÃO PRESENCIAL nº..../2016.**

2.2 O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente com até 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado o fornecimento do PRODUTO pelo servidor competente, mediante comprovação do recebimento definitivo do PRODUTO através da competente nota Fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DO CONTRATO

1. O presente contrato terá o prazo de vigência até 31/01/2017, podendo ser prorrogado se presentes os requisitos legais.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DA ENTREGA

A ENTREGA do referido PRODUTO deverá ser imediata, após recebimento da solicitação da Secretaria competente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 A licitante vencedora, nos termos do § 1º, do art. 65 da Lei Federal nº 8666/93 fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da sua proposta, os acréscimos ou supressões até o limite de 25%, mediante aditamento contratual;

3.2 Fornecer, sempre que solicitado, no prazo de 5 (cinco) dias, prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS;

Edital Pregão Presencial nº 032/2016 – OBJETO **“AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL TIPO GASOLINA COMUM, A SEREM UTILIZADOS EM VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA CONFORME ANEXO I A ESTE EDITAL”** Trav. Otacilio F. de Souza, 210 – CEP: 89.480-000 – Major Vieira – SC Caixa Postal n.º 15 - Fone/Fax: (0xx 47) - 3655-1111 – SETOR DE LICITAÇÕES – Email: cadastro@majorvieira.sc.gov.br



- 3.3 Manter as mesmas condições de habilitação.
3.4 Indicar o responsável que respondera perante a Administração por todos os atos e comunicações formais.
3.5 Arcar com o pagamento de todos os tributos e encargos que incidam sobre o PRODUTO fornecido, bem como pelo seu transporte até o local determinado para a sua entrega.
3.6 Assumir inteira responsabilidade administrativa, penal, civil e pelos danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes do fornecimento do PRODUTO objeto da licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Para cobrir as despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias, **relativo ao orçamento do exercício de 2016:**

02.01 – Gab. do Prefeito

2002 – Manut. do Gab. do Prefeito

339000- Aplicações Diretas

03.01 – Sec. de Adm. e Planejamento

2003 – Manut. da Sec. de Adm. e Finanças

339000- Aplicações Diretas

06.01 – Sec. Munic. de Educação

2005 – Man. Da Secretaria Municipal de Educação

339000- Aplicações Diretas

2008 – Manut. do Transporte Escolar

33900000- Aplicações Diretas

07.01 – Sec. Munic. de Viação de Obras Públicas

2018 – Manut. Ruas, Estradas, Praças, Jardins e Bueiros

339000 – Aplicações Diretas

09.01- Sec. De Agricultura, Fomento Agropecuário e Meio Ambiente

2013- Man. Sec. Municipal Agricultura e Meio Ambiente

339000- Aplicações Diretas

10.01 Sec. Bem Estar Social

2012. Manut. Secretaria Municipal do Bem Estar Social

339000 Aplicações Diretas

1401 Fundo Municipal de Saúde

2023 Man. Do Fundo de Saúde

339000 Aplicações Diretas

2.1 Poderão ser utilizadas outras dotações além das acima mencionadas, sendo as mesmas expressas nos empenhos futuros referentes.

CLÁUSULA SETIMA – DA LIBERAÇÃO E PAGAMENTO

6.1 Pelos serviços e materiais objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA à importância total de R\$..... (p/ extenso), condicionado aos serviços efetivamente executados, com base nos quantitativos e preços proposto pela CONTRATADA.

(TABELA)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE MAJOR VIEIRA
CNPJ/MF 83.102.392/0001-27

Item	Especificação	Quantidade	Unidade	Marca do produto ofertado	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	x	x	x	x	x	x

6.2 O pagamento será efetuado através de transferência bancária a empresa contratada, mediante entrega de Nota Fiscal no setor de compras da Prefeitura Municipal de Major Vieira/SC, observadas as seguintes condições:

6.3 O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

6.4 O pagamento será realizado conforme Cronograma de execução dos serviços desde que atendidas todas as demais condições estabelecidas no Edital ou no instrumento Contratual.

6.5 Na Nota Fiscal deverá constar "PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA/SC, Trav. Otacilio F. de Souza, 210, CNPJ/MF 83.102.392/0001-27e dados presentes na Autorização de Fornecimento;

6.6 A empresa vencedora deverá informar os dados bancários em nome da mesma para que sejam efetuados os pagamentos.

CLÁUSULA OITAVA - DA FORMA DE REAJUSTE:

7.1 Ocorrendo um fato superveniente que venha elevar ou baixar os custos de forma a inviabilizar a prestação dos serviços e/ou o equilíbrio econômico deste contrato, o valor do contrato poderá ser revisto, conforme legislação em vigor.

7.2 A contratada deverá, com base no art. 71, da Lei Federal nº 8666/93, comprovar o recolhimento prévio das contribuições previdenciárias incidentes sobre a remuneração dos segurados, incluídas em Nota Fiscal ou Fatura correspondente aos serviços executados, quando do pagamento da referida nota, nos termos do art. 31, §§ 3º e 4º da Lei Federal nº 8.212/91;

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

9.1 Os contratos de fornecimento decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados com o recebimento da nota de empenho pela detentora.

9.2 A CONTRATADA será obrigada a atender ao pedido efetuado durante a vigência deste CONTRATO.

9.4 O fornecimento deverá ser efetuado mediante requisição do setor competente, através da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento.

9.6 Não serão aceitos fornecimentos em desacordo com a requisição realizada.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO:

9.1 A CONTRATANTE fiscalizará, por meio que julgar melhor, seja por fiscais ou prepostos que ela designar, devendo a CONTRATADA facilitar de modo amplo e completo, as ações dos fiscais sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização na sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS MULTAS E PENALIDADES:

10.1 Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por nota de empenho), a Administração poderá aplicar, á CONTRATADA, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

I. Advertência por escrito e caso reincide aplicação de multa prevista;

II. Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor total do fornecimento, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação;

III. Multa de 1% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, por atraso na entrega dos bens, conforme ajuste nela consubstanciado.



IV. Suspensão temporária do direito de participar de Licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Prefeitura Municipal, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior. Pelos Motivos que se seguem, a licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas nas Condições anteriores.

3. Pelos motivos que se seguem, a licitante vencedora também estará sujeita as penalidades tratadas nas Condições anteriores:

I. Pela recusa injustificada de assinar o Contrato.

II. Pelo atraso na entrega dos materiais, em relação ao prazo proposto e aceito pelo licitante.

4. A CONTRATADA, depois de cientificada pelo CONTRATANTE da imposição de qualquer penalidade, poderá apresentar no prazo de 05 (cinco) dias, por escrito, sua defesa, para decisão. O CONTRATANTE se reserva o direito de julgar, a seu inteiro juízo e critério, em igual prazo.

5. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Prefeitura, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.

10.4 O valor da multa será descontado no primeiro pagamento após a sua imposição, respondendo por ela e garantia oferecida, e os pagamentos futuros pela diferença, se houver.

10.5 As multas previstas não tem caráter compensatório, porém moratório e consequentemente o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos danos eventuais, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA:

1. O CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir, a qualquer tempo o presente contrato, conforme arts. 77 e 78, incisos I a XII e XVII, da Lei Federal nº 8666/93;

2. Em caso de rescisão contratual pelos motivos dispostos no art. 80 da Lei Federal nº 8.666/93, a CONTRATADA, perderá em favor do CONTRATANTE, a garantia a que se refere à Cláusula Décima Primeira deste contrato, sendo exigida ainda a complementação referente a multa de 10% (dez por cento), nos termos da Cláusula nona.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO DE PLENO DIREITO.

1. A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

Pela Administração quando:

I. A detentora não cumprir as obrigações constantes deste instrumento;

II. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de Registro de Preços;

III. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

IV. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela Administração;

V. Liquidação Judicial ou extrajudicial, concurso de credores, ou falência da Contratada.

VI. Inobservância da boa técnica na execução dos fornecimentos.

2. Em caso de rescisão contratual pelos motivos acima especificados, a CONTRATADA perderá em favor do CONTRATANTE a retenção a que se refere à Cláusula Décima Segunda deste contrato, sendo exigida ainda a complementação referente a multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, nos termos da Cláusula Décima Primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS CONDIÇÕES:

Edital Pregão Presencial nº 032/2016 – OBJETO “AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL TIPO GASOLINA COMUM, A SEREM UTILIZADOS EM VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA CONFORME ANEXO I A ESTE EDITAL” Trav. Otacilio F. de Souza, 210 – CEP: 89.480-000 – Major Vieira – SC Caixa Postal n.º 15 - Fone/Fax: (0xx 47) - 3655-1111 – SETOR DE LICITAÇÕES – Email: cadastro@majorvieira.sc.gov.br



A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA LIBERAÇÃO

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. O presente contrato está vinculado ao Edital, de acordo com o Art. 55, inciso XI da Lei Federal nº 8666/93 e a proposta da contratada;
 2. Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso o fornecimento não seja comprovadamente a do **Pregão Presencial nº .../2016**, indenizando o contratado pelos serviços até então efetuados.
 3. Na eventualidade do município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.
 4. É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar o presente contrato, para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;
- 14.5 A Administração, a seu exclusivo critério, poderá durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da Ata de Registro de Preços determinar a gradativa redução ou aumento do fornecimento até a elaboração de um novo contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Canoinhas - SC, para dirimir questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E assim, para que este contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Major Vieira(SC), de de

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI
PREFEITO MUNICIPAL

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA
CONTRATADA